

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

A PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA EXPANSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM IESⁱ PRIVADAS NO CEARÁ.

Antonio Israel Carlos da Silvaⁱⁱ

EIXO TEMÁTICO: Ensino Superior no Brasil.

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente o processo de expansão do curso de Serviço Social em instituições de ensino superior privadas no estado do Ceará, refletindo sobre as condições da educação superior na contemporaneidade, submissa aos ditames do capital financeiro, por meio do qual a educação desloca-se do âmbito dos direitos sociais e passa a ser designada como uma atividade mercadológica. Faz parte da pesquisa “História dos 60 anos do curso de Serviço Social no Ceará: Particularidades da Formação Profissional na Universidade Estadual do Ceará”, a qual tem o objetivo de compreender o processo histórico de formação acadêmica do assistente social no Ceará.

Palavras-chave: Educação Superior, Serviço Social, Formação Profissional.

ABSTRACT:

This article aims to critically analyze the process of expansion of the Social work course in private higher education institutions in the state of Ceará, reflecting on the conditions of higher education in contemporary society, submissive to the dictates of finance capital, through which education moves the scope of social rights and shall be designated as a marketing activity. It is part of the research "History of the 60th anniversary of the Social Work course in Ceará: Peculiarities of Vocational Training at the State University of Ceará," which aims to understand the historical process of academic training of social workers in Ceará.

Keywords: Higher Education, Social Services, Vocational Training.

I. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos análises dos dados coletados na pesquisa “História dos 60 anos do Serviço Social no Ceará: Particularidades da Formação Profissional na Universidade Estadual do Ceará” desenvolvida no Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS) desde 2010. A abordagem metodológica pautou-se numa perspectiva qualitativa/quantitativa, por meio de pesquisas bibliográfica e documental.

Expomos os resultados parciais da pesquisa, que ao objetivar compreender a história da formação acadêmica em Serviço Social no Ceará, buscou no presente trabalho colocar em discussão o processo de expansão do curso de Serviço Social no estado do Ceará, tecendo reflexões acerca da educação superior brasileira na conjuntura atual.

Desse modo compreendemos que as ações das entidades representantes da categoria profissional de Serviço Social (ABEPSS e conjunto CFESS-CRESSⁱⁱⁱ), o movimento estudantil representado nacionalmente pela ENESSO^{iv}, vem realizando debates que giram em torno da discussão acerca das mudanças no ensino superior, responsáveis por sua degradação. E suas consequências no desafio para efetivação do projeto ético-político do Serviço Social.

II. A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE.

Segundo Iamamoto (2011) o processo de mundialização do capital, sob a hegemonia das finanças, tem repercutido negativamente nas políticas sociais públicas, assumindo estas, diretrizes de focalização, descentralização e regressão do legado dos direitos do trabalho assalariado já conquistado. Ela deforma a vida em sociedade, destruindo os lastros de sociabilidade e propiciando a radicalização das desigualdades, reiterando novas formas de extração da mais-valia, aumentando à concentração de renda e fetichizando as relações sociais.

É nesse contexto que se insere a educação superior no Brasil, que a cada dia vem deixando de ser visualizada como uma política pública e passando a ser compreendida como uma mercadoria. A subordinação da educação ao capital, materializando-se por meio da regressão do legado ao direito e acesso a educação

superior conquistado historicamente, trazem sérias repercussões no ensino superior brasileiro, afetando diretamente o ensino da graduação e o processo de formação de quadros acadêmicos e profissionais possuidores de criticidade e compromisso público frente aos desafios apresentados pela sociedade. (CONTENTE, 2011).

Os organismos internacionais, como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são instrumentos orgânicos que formam um núcleo de onde emerge as mais importantes decisões políticas, econômicas e jurídicas. Essas organizações são responsáveis por traçar as direções políticas dos governos nacionais, ceifando dessa forma, os limites da soberania estatal. Sob a visão das organizações citadas a universidade pública latino-americana tem se mostrado como deteriorada estruturalmente, tanto em suas condições físicas como de recursos humanos, assim como apresentam alta deficiência na tríade essencial que consolida uma formação profissional de qualidade, a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Compreende que outro tipo de instituição de ensino seria eficaz para se postular uma qualificação profissional, impulsionando a consolidação das instituições privadas.

As instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de educação pós-secundaristas mais eficazes que existem no mundo em desenvolvimento. Elas podem reagir de forma eficiente e flexível às novas demanda e ampliam oportunidades educacionais com pouco ou nenhum custo adicional para o Estado. Os governos podem fomentar o desenvolvimento da educação terciária privada, a fim de complementar as instituições estatais como meio de controlar os custos do aumento das matrículas na educação superior, incrementar a diversidade dos programas e ensino e ampliar a participação social no setor terciário. (BIRD, 1995, p.05, Apud. IAMAMOTO 2011, p.436).

A afirmação acima ratifica o retrato da educação superior, permeada pela relação custo/benefício, deslocada da condição de uma política pública, gratuita e de qualidade. O que se verifica é que a educação contemporânea vem sendo gerenciada pelas leis de mercado, atendendo aos interesses da classe dominante que legitima a privatização não somente da educação como também da própria vida social.

Júnior e Lima (2004) afirmam que a educação, na condição de um direito natural segundo a visão de Locke, transforma-se em mercadoria e é transferida para a sociedade civil numa dupla e perversa privatização de ordem econômica e política. Os autores citados retratam ainda que diante da crise do capital e do Estado, tem-se ampliado o setor privado ligado a educação superior, possibilitando transformá-la da esfera do direito social em mercadoria, uma vez que o Estado retira do financiamento da acumulação capitalista com todas as mazelas que resultam na economia brasileira.

A retórica de efetivar a teleologia demarcada pelos organismos multilaterais veio se concretizar com maior vigor no governo de Fernando Henrique Cardoso, que impulsionou o processo de privatização do ensino superior, desde esse período o empresariado da educação vem recebendo financiamento público, com recursos oriundos do BNDES^v que passou a beneficiar as instituições particulares que receberam conceitos insuficientes na avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC). (IAMAMOTO, 2011).

Em Pimenta (2009) compreendemos que na Era FHC se engendrou e se aprovou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), e em seu artigo 87, visualizamos nitidamente que a intencionalidade do governo federal perpassava o incentivo a proliferação de instituições privadas. A LDB de 1996 previa a diversificação das modalidades de ensino superior, flexibilizando ensino, pesquisa e extensão, favorecendo as IES privadas, que puderam expandir cursos sequenciais e ensino à distância. (CISLAGHI, 2011).

O Plano Nacional da Educação (PNE) do decênio 2011-2020, fruto da política governamental posta em prática pelo governo Lula, que objetivou ampliar o acesso ao ensino superior, via educação privada, ratifica as proposições da LDB de 1996. Neste sentido percebe-se a linha de continuidade que o governo Lula manteve, assumindo a matriz teórica, política e ideológica de FHC, em relação ao Estado e à educação superior (JÚNIOR e MANCEBO, 2004, p.34).

Por isso, em entrevista concedida a Revista *Universidade e Sociedade*^{vi}, Roberto Leher discute a política educacional no governo Lula, imprimindo críticas referentes à desarticulação do ensino superior, como uma política empreendida na

América Latina, na África do Sul e na Ásia, altamente incentivada pelo Banco Mundial.

Percebemos com isso que o processo social tem sempre contradições e devemos buscar alianças para a resistência a esse processo. É bem verdade que as características atuais são bem mais destrutivas e ameaçadoras para os que veem a educação como direito e não como uma mercadoria e a requisitam pública, gratuita e de qualidade, quando quebra-se a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive no setor público. (CFESS, 2010)

III. O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.

O curso de Serviço Social não ficou fora do circuito da mercantilização do ensino superior, uma vez que a racionalidade sociopolítica do empresariado percebeu que o tratamento às políticas sociais públicas demandam uma quantidade significativa de profissionais, por isso os conglomerados educacionais decidiram investir nesse curso da área de ciências humanas, (num país onde as ciências humanas são desvalorizadas em termos de produção acadêmico-científica), e voltado predominantemente ao público feminino, possibilitando que o custo das mensalidades seja barateado e aumentando assim, o acesso de estudantes ao curso.

Destarte, uma quantidade exacerbada de profissionais graduados em Serviço Social a curto prazo, levará a confirmação da premissa postulada por Iamamoto (2011, p.440):

A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais [...] poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é, aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual mascara sua relação com o mundo do trabalho.

A massificação da formação profissional em Serviço Social se dá, sobretudo, por intermédio de instituições privadas, segundo os dados apresentados pelo MEC em 2010 existiam no país, 323 instituições de ensino superior que ofereciam o

curso, das quais 282 pertenciam à esfera privada e 41 estavam em instituições públicas, distribuídas em 3015 municípios do Brasil, dos quais 52,94% (1419) tem acesso ao ensino à distância de caráter público e privado e 47,06% (1419) tem instituições de ensino presencial público e privado.

Segundo Iamamoto (2000) no contexto em que o mercado é erigido como eixo regulador da vida social, tornado estrutural a privatização das empresas e dos serviços, verificamos uma redução da presença do Estado no mercado e nas políticas públicas, restringindo os orçamentos governamentais nesse campo, submetendo os direitos sociais ao livre jogo do mercado, isto é, o que era direito transforma-se em mercadoria, em serviço privado, ratificando o que já afirmava Marx, que a sociedade capitalista defini-se por meio da mercatilização universal.

Nesse sentido a intensa e recente expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no horizonte do ensino privado tem sérias implicações para a política de formação acadêmica e para o exercício profissional, uma vez que os novos cursos não acompanharam o processo coletivo de elaboração e implementação das diretrizes curriculares. (IAMAMOTO, 2011).

As diretrizes curriculares sugeriram a partir de um amplo e sistemático debate impulsionado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e unidades de ensino (por meio de professores e estudantes). As novas diretrizes curriculares estabelecem princípios de descentralização, pluralismo, e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a formação profissional deve assegurar a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. (ABESS, 1996).

Segundo dados levantados pelo CFESS (2010) os cursos declaram formalmente em seu projeto político pedagógico uma carga horária em torno de 3000 a 3340 horas. São cursos semestrais com duração de 3 a 4 anos, isto é, em princípio estão em conformidade com as diretrizes curriculares da ABEPSS -1996 - e do MEC – 2001.

Estratégia profícua do capital, a educação mercadoria destitue a política de estágio no Serviço Social, no caso da educação a distância não se percebe uma

relação de acompanhamento didático e pedagógico presencial com os discentes. Conforme explicitam as entidades da profissão, o estágio em Serviço Social:

[...] pressupõe a interlocução presencial entre estagiário, o docente supervisor acadêmico e o supervisor de prática (assistente social da instituição onde o estágio se realiza), como definido e regulado pelo Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, não podendo, portanto, realizar-se virtualmente. (CFESS, 2005, p. 01 Apud. VASCONCELOS, 2009, P.67)

O curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará completou 60 anos no ano de 2010, surgiu em 1950, fruto dos condicionantes sócio-histórico e conjunturais que perpassavam a realidade Cearense, recebendo forte influencia das primeiras Escolas de Serviço Social do Brasil^{vii}. Constituía-se até o ano de 2006 o único curso oferecido dessa área no estado do Ceará, no entanto atualmente o crescimento vertiginoso da educação privada no Brasil e seus reflexos nesse estado, localizado na região nordeste do país, espaço onde os índices de pobreza são elevados, necessitando com premência do continuo processo de implementação de políticas sociais públicas, foi contexto propício para que se alargassem o número de IES que oferecem esse curso.

Segundo os dados apresentados pelo MEC, em 2011 verificamos um total de 20 escolas de Serviço Social no Ceará, sendo que 13 cursos são de âmbito presencial, e 07 a distância. Dos que se encontram agrupados como presenciais existem 02 públicas e 11 privadas, com relação às IES à distância, 01 é pública e 06 são privadas.^{viii}

Dessa forma compreendemos o que nos mostra Netto (2000, p.29), acerca da situação da educação superior:

[...] o favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como demandas do mercado, nexo organizador da vida universitária; a supressão da autonomia docente, são os traços fundamentais que resultam como um pacto para o ensino superior, desse duplo e imbricado movimento político de ajuste e de reforma do Estado.

Os dados mostram que a universidade pública, gratuita, laica e de qualidade que almejamos vem sendo substituída pela iniciativa privada, promovida pela ação

do Estado, permitindo este que o processo de mercantilização da educação se efetive com maior intensidade, dessa forma a universidade que se defende “[...] que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classe [...]” (IAMAMOTO, 2007, p.432) é abandonada em prol da política educacional de cunho neoliberalista, que imprime uma lógica mercantil e empresarial a universidade brasileira.

III. Considerações Finais

A educação superior brasileira na contemporaneidade tem a marca da precarização, desse modo é legitimada pelo cariz mercantil que os organismos internacionais e o Estado promovem, permitindo que o direito à educação pública seja ceifado, e possibilitando o crescimento do ensino privado presencial e a distância.

A expansão da formação profissional em Serviço Social no Brasil e no Ceará tem se dado via ensino mercantil, privado e/ou distância, dessa forma negam uma formação profissional crítica, comprometida com valores e princípios expressos no código de ética profissional, o qual se confronta com esse modelo de educação superior que prevalece a privatização e a mercantilização da educação, que respalda as formações aligeiradas, prioriza o quantitativo em detrimento da qualidade.

Diante do exposto ao longo deste texto, percebemos a agravante situação da educação brasileira, que precisa ser questionada, colocada em pauta constantemente para que os desafios sejam enfrentados com garra, vivacidade e determinação, pelo conjunto da sociedade civil e política.

Em suma, é necessário lutar por uma universidade pública, que atenda aos interesses da população e não do capital, que possa ter uma política de assistência estudantil que garanta a permanecia do alunado no ensino superior, que preze pela indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, e que garanta que a classe trabalhadora desta tenha acesso democrático à educação.

VI. Referências Bibliográficas

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.
- BEZERRA, Antônio Ponciano. LEITE, Janete Luzia. **Memória do Movimento Docente: Entrevista com Roberto Leher.** In: Universidade e Sociedade/ Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Brasília, n° 29, p.185-204, 1991.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. >. Acessado em jun. de 2012.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional da Educação**, Brasília. 2011. Disponível em: <<http://emecc.mec.gov.br/>>. Acessado em jun. de 2012.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de diretrizes bases para educação**. Brasília. 2011. Disponível em: <<http://emecc.mec.gov.br/>>. Acessado em jun. de 2012.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. **A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n° 106, p.241- 266. 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **A incompatibilidade entre graduação e a distância e Serviço Social**. Brasília, 2010.
- CONTENTE, Suellen Reis. **A formação profissional de Serviço Social diante das influências do modelo de produção vigente no estado do Pará**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luiz, Maranhão. Encontros Científicos: resumos. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2011. 1CD-ROM.
- GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. **A educação superior brasileira no contexto da crise do capital: uma análise crítica**. IN: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luiz, Maranhão. Encontros Científicos: resumos. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2011. 1CD-ROM.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e Formação profissional**, 22ª. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez – CELATS, 1985.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Reforma no Ensino Superior e Serviço Social. In: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília. V.1. N. 1, p.35-79, 2000.

LIMA, Kátia. **Ensino a distância, organismos multilaterais e mercantilização da educação superior.** In: Revista PUC Viva. Mercantilização do Ensino e ensino a distância. São Paulo. Ano 10, n° 35, (p.06-12)

PIMENTA, Ana Cristina Borges. **Serviço Social e Ensino a distância (EaD): análise da expansão.** In: Revista PUC Viva. Mercantilização do Ensino e ensino a distância. São Paulo. Ano 10, n° 35, (p.41 - 47).

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. LIMA, Carlos. **A educação superior é mercadoria ou direito no âmbito da Organização Mundial do Comércio?** In: Universidade e Sociedade/ Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Brasília, n° 33, p.126-140, 2004.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Mancebo, Deise. **A reforma universitária no contexto de um governo popular democrático:** primeiras aproximações. In: Universidade e Sociedade/ Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Brasília, n° 33, p.32-47, 2004.

TECEDOR, Talita. **Ensino a distância, um desafio à formação profissional de assistentes sociais.** IN: Revista PUC Viva. Mercantilização do Ensino e ensino a distância. São Paulo. Ano 10, n° 35, (p. 55 – 60).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Projeto político pedagógico do curso de Serviço Social. Fortaleza, março de 2007. Digitado.

NETTO, José Paulo. **Reforma do Estado e impactos no ensino em Serviço Social.** In: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília. V.1. N. 1, p.11-33.

VASCONCELOS, Iara. **Dilemas e desafios do estágio curricular em Serviço Social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e mercado de trabalho.** In: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília... Nº. 17, p.61-82, 2000.

ⁱ Por IES entende-se Instituição de Ensino Superior.

ⁱⁱ Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, bolsista de Iniciação Científica – FUNCAP (Fundação de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Ceará) - da Pesquisa “História dos 60 anos do Curso de Serviço Social no Ceará: Particularidades da Formação Profissional na Universidade Estadual do Ceará”, do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social - LAPESS. E-mail: israelsilvacarlos@hotmail.com.

ⁱⁱⁱAs siglas explicitadas referem-se respectivamente a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social. Entidades representativas da categoria.

^{iv} Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

^v Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

^{vi} BEZERRA, Antônio Ponciano. LEITE, Janete Luzia. **Memória do Movimento Docente: Entrevista com Roberto Leher.** Universidade e Sociedade/ Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Brasília, n° 29, p.185-204, 1991

^{vii} Em Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, Iamamoto e Carvalho (1985) afirmam que o curso de Serviço Social surgiu no Brasil em 1936, na cidade de São Paulo, como resultado da conjuntura histórica que se forjava a época, sendo impulsionado pela Ação Católica, instrumento ideológico da Igreja. A segunda Escola de Serviço Social surge em 1937, na cidade do Rio de Janeiro.

^{viii}As 02 IES presenciais públicas são: Universidade Estadual do Ceará e Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Ceará. As 11 presenciais privadas são: Faculdade Vale do Salgado, Faculdade Vale do Jaguaribe, Faculdade Kurios, Faculdades Cearenses, Faculdade Leão Sampaio, Faculdade Metropolitana de Fortaleza, Faculdade Ratio, Faculdade de Fortaleza, Faculdade de Tecnologia do Nordeste, Faculdade Princesa do Oeste, Instituto de Teologia Aplicada. Com relação as IES a distancia 01 é pública (Fundação Universidade de Tocantins) e 06 são privadas: Universidade Anhanguera, Universidade Paulista, Universidade Luterana do Brasil, Universidade Estácio de Sá, Universidade Norte do Paraná, e Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior.